



POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
DIR. DE ENSINO, INSTRUÇÃO E PESQUISA
SELEÇÃO INTERNA PARA O CFS PM/2021



PROVA ESCRITA OBJETIVA

DATA: 09/01/2022 – HORÁRIO: 09h00min às 12h00min (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

- Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - Este caderno com 40 questões objetivas sem repetição ou falha.
 - 01 (um) cartão-resposta, que **NÃO** será substituído por motivo algum e deverá ser entregue devidamente preenchido.
- Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio deste CADERNO DE QUESTÕES utilizando caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
- Escreva seu nome nos espaços indicados na capa deste caderno de questões, observando as condições para tal (assinatura e nome em letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado ao número da identidade e CPF.
- Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E). Somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar apenas **uma alternativa para cada questão**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da Prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta para fins de pontuação
- Quando terminar sua Prova, antes de sair da sala, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA e entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES, que deverá conter sua assinatura, RG e CPF.
- O Tempo de duração para esta Prova é de 3 (três) horas.**
- Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova depois de decorridas **02h** de seu início.
- O CARTÃO-RESPOSTA tem validade definitiva, o qual será utilizado para conferência final da prova.
- Em hipótese alguma o candidato poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES.
- A folha de anotação do gabarito do candidato, ao lado, somente poderá ser destacada pelo fiscal da prova.

SELEÇÃO INTERNA PARA ACESSO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS PM/2021
FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

Nº DA IDENTIDADE

NÚMERO DO CPF

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para resolver as questões de 01 a 04.

Texto 01

Condicionada fundamentalmente pelos veículos de massa, que a coagem a respeitar o “código” de convenções do ouvinte, a música popular não apresenta, senão em grau atenuado, o contraditório entre informação e redundância, produção e consumo. Desse modo, ela se encaminha para o que Umberto Eco denomina de música “gastronômica”: um produto industrial que não consegue nenhum objetivo artístico, mas, ao contrário, tende a satisfazer as exigências do mercado, e que tem, como característica principal, não acrescentar nada de novo, redizendo sempre aquilo que o auditório já sabe e espera ansiosamente ver repetido. Em suma: o servilismo ao “código” apriorístico – assegurando a comunicação imediata com o público – é o critério básico de sua confecção. “A mesma praça. O mesmo banco. As mesmas flores, o mesmo jardim.” O mesmismo. Todo mundo fica satisfeito. O público. A TV. Os anunciantes. As casas de disco. A crítica. E, obviamente, o autor. Alguns ganham com isso (financeiramente falando). Só o ouvinte-receptor não “ganha” nada. Seu repertório de informações permanece, mesmíssimamente, o mesmo.

Mas nem tudo é redundância na música popular. É possível discernir no seu percurso momentos de rebeldia contra a standardização e o consumismo.

Assim foi com o Jazz Moderno e a Bossa-Nova.

(CAMPOS, Augusto de. O balanço da bossa. São Paulo: Perspectiva, 1974.)

01. A palavra “atenuado” (1º período) só NÃO é sinônima de:

- a) abrandado
- b) diminuído
- c) suavizado
- d) maximizado
- e) mitigado

02. Assinale a opção em que a palavra pode ser enquadrada em duas regras distintas de acentuação gráfica.

- a) veículos
- b) código
- c) já
- d) crítica
- e) é

03. A locução “Desse modo” (2º período) só NÃO pode ser substituída, mantendo-se perfeita a correlação sintático-semântica, por:

- a) Portanto
- b) Todavia
- c) Assim
- d) Logo
- e) Por conseguinte

04. Em: *Seu repertório de informações permanece, mesmíssimamente, o mesmo.* No texto, a palavra em negrito pertence a que classe gramatical e retoma qual termo?

- a) Pronome oblíquo e retoma “casas de disco”.
- b) Substantivo e retoma “música popular”.

- c) Adjetivo e retoma “público”.
- d) Pronome relativo e retoma “os anunciantes”.
- e) Pronome possessivo e retoma “ouvinte-receptor”.

O texto 02 serve como referência para a resolução das questões de 05 a 09. Leia-o atentamente.

Texto 02

O MEDO SOCIAL

No Rio de Janeiro, uma senhora dirigia seu automóvel com o filho ao lado. De repente foi assaltada por um adolescente, que a roubou, ameaçando cortar a garganta do garoto. Dias depois, a mesma senhora reconhece o assaltante na rua. Acelera o carro, atropela-o e mata-o, com a aprovação dos que presenciaram a cena. Verdídica ou não, a história é exemplar, ilustra o que é a cultura da violência, a sua nova feição no Brasil.

Ela segue regras próprias. Ao expor as pessoas a constantes ataques à sua integridade física e moral, a violência começa a gerar expectativas, a fornecer padrões de respostas. Episódios truculentos e situações-limite passam a ser imaginados e repetidos com o fim de caucionar a ideia de que só a força resolve conflitos. A violência torna-se um item obrigatório na visão do mundo que nos é transmitida. Cria a convicção tácita de que o crime e a brutalidade são inevitáveis. O problema, então, é entender como chegamos a esse ponto. Como e por que estamos nos familiarizando com a violência, tornando-a nosso cotidiano.

Em primeiro lugar, é preciso que a violência se torne corriqueira para que a lei deixe de ser concebida como o instrumento de escolha na aplicação da justiça. Sua proliferação indiscriminada mostra que as leis perderam o valor normativo e os meios legais de coerção, a força que deveriam ter. Nesse vácuo, indivíduos e grupos passam a arbitrar o que é justo ou injusto, segundo decisões privadas, dissociadas de princípios éticos válidos para todos. O crime é, assim, relativizado em seu valor de infração. Os criminosos agem com consciências felizes. Não se julgam fora da lei ou da moral, pois se conduzem de acordo com o que estipulam ser o preceito correto. A imoralidade da cultura da violência consiste justamente na disseminação de sistemas morais particularizados e irredutíveis a ideais comuns, condição prévia para que qualquer atitude criminosa possa ser justificada e legítima.

(Jurandir Freire Costa).

05. Sobre o trecho: *Verídica ou não, a história é exemplar, ilustra o que é a cultura da violência, a sua nova feição no Brasil.* Assinale o que for CORRETO:

- a) O sujeito é oculto, pois, embora não apareça, é possível identificá-lo pelo contexto.
- b) A palavra “ou” não tem valor excludente.
- c) O sujeito é simples e seu núcleo é “história”.
- d) “história” e “violência” são acentuadas por regras diferentes.
- e) A palavra “ilustra” está empregada com o sentido literal de “desenhar”.

06. Assinale a única opção em que o termo destacado NÃO se refere a um outro anterior do texto:

- a) De repente foi assaltada por um adolescente, **que** a roubou, ameaçando cortar a garganta do garoto.
- b) Acelera o carro, atropela-**o** e mata-o.
- c) Verdídica ou não, a história é exemplar, ilustra o que é a cultura da violência, a **sua** nova feição no Brasil.
- d) **Ela** segue regras próprias.

e) A imoralidade da cultura da violência consiste justamente na disseminação de sistemas morais particularizados e irreduzíveis a **ideais** comuns.

07. Em: *Sua proliferação indiscriminada mostra que as leis perderam o valor normativo e os meios legais de **coerção**, a força que deveriam ter.* A palavra em destaque NÃO é sinônima de:

- a) proibição
- b) imposição
- c) coibição
- d) libertação
- e) repressão

08. Assinale a opção que registra a única palavra, dentre as opções, que NÃO é formada por derivação sufixal.

- a) Injusto (3º parágrafo)
- b) Integridade (2º parágrafo)
- c) Obrigatório (2º parágrafo)
- d) Brutalidade (2º parágrafo)
- e) Normativo (3º parágrafo)

09. Assinale a opção em que a referência ao lado, quanto à classe gramatical da palavra destacada, está INCORRETA:

- a) No Rio de Janeiro, uma senhora **dirigia** seu automóvel com o filho ao lado. – Verbo
- b) De repente foi assaltada por um **adolescente**. – Adjetivo
- c) Dias depois, a **mesma** senhora reconhece o assaltante na rua. – Pronome
- d) **Não** se julgam fora da lei ou da moral, pois se conduzem de acordo com o que estipulam ser o preceito correto. – Advérbio
- e) Em primeiro lugar, é preciso **que** a violência se torne corriqueira para que a lei deixe de ser concebida como o instrumento de escolha na aplicação da justiça. – Conjunção

Texto 03



10. Os textos mistos, ou seja, formados pela linguagem escrita e também por imagens, têm a função de deixar inferências, isto é, interpretações que, embora não estejam expostas no texto, são extraídas com base em sua leitura. Sobre o texto acima, é CORRETO afirmar que:

- a) Não há, por parte da mãe, preocupação com a segurança da filha.
- b) O termo “filhinha” foi empregado em sentido denotativo, isto é, literal, pois a garota tem estatura baixa.

- c) O texto verbal e o não verbal se combinam para criticar a atual situação de violência no Brasil.
- d) Apenas o texto verbal seria suficiente para inferir a situação caótica de violência na nação.
- e) O texto não verbal não tem contribuição alguma no entendimento da crítica social.

CONHECIMENTO JURÍDICO

11. De acordo com o art. 37, da Constituição Federal, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios, exceto:

- a) Da legalidade e da impessoalidade.
- b) Da moralidade e da publicidade.
- c) Da legalidade e da eficiência.
- d) Da legalidade e da moralidade.
- e) Da legalidade e do contraditório.

12. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, previstos na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Ninguém será submetido à tortura, salvo por força de decisão hierárquica superior.
- b) Serão invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- c) A lei penal não retroagirá, salvo para condenar o réu.
- d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- e) A lei não prejudicará o direito adquirido, exceto o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

13. Analise as alternativas abaixo e marque a incorreta:

- a) Não há crime se o agente pratica o fato em legítima defesa.
- b) No crime de homicídio não é caso de diminuição de pena quando o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, sendo que o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
- c) O homicídio é qualificado quando cometido para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.
- d) O feminicídio é um crime contra vida, praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.
- e) Será o homicídio qualificado se praticado contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.

14. Sobre as excludentes de ilicitude, é incorreto afirmar:

- a) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- b) O agente, em qualquer das hipóteses de excludentes de ilicitude, responderá pelo excesso doloso ou culposos.
- c) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- d) No estado de necessidade entende-se quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- e) São excludentes de ilicitude o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento de dever legal e o exercício regular de direito.

15. São crimes propriamente militares, exceto:

- a) Abandono de posto, desacato a superior e o desacato a militar.
- b) Abandono de posto, desacato a superior e deserção.
- c) Abandono de posto, embriaguez em serviço e deserção.
- d) Abandono de posto, embriaguez em serviço e motim.
- e) Abandono de posto, motim e deserção.

16. O 3º Sgt PM Epaminondas foi transferido do 1º BPM, com sede em Teresina, para o 15º BPM, sediado na Cidade de Campo Maior-PI. Foram-lhe concedidos 30 (trinta) dias de férias. Terminadas as férias, o referido militar deixou, sem motivo justificado, de se apresentar em sua nova Unidade por mais de 08 (oito) dias após a data prevista para sua apresentação por término de férias. Nesse caso, o 3º Sgt PM Epaminondas, cometeu o crime militar de:

- a) Insubmissão.
- b) Deserção.
- c) Desobediência.
- d) Abandono de Posto.
- e) Recusa de obediência.

17. Sobre a administração pública no Brasil e os atos administrativos, podemos afirmar, exceto:

- a) A República Federativa do Brasil, nos termos da Constituição Federal, é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- b) A Constituição Federal determina a divisão dos Poderes da União em três, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si.
- c) Podemos afirmar que o ato administrativo é um ato jurídico, decorrente de ação humana, voluntária e lícita, praticada com a intenção de obter um resultado jurídico.
- d) O ato administrativo é toda manifestação bilateral de vontade da administração pública e do administrado.
- e) O ato administrativo disciplinar, para ser considerado válido, deve obedecer aos requisitos comuns a todos os atos administrativos: competência, formalidade, legalidade, finalidade, motivo, objeto e razoabilidade.

18. Marque a alternativa correta:

- a) No caso de dispensa ou inexigibilidade, a licitação deverá ser na modalidade de consulta.
- b) Poderá o Poder Executivo, por meio de decreto, instituir nova modalidade licitatória.
- c) Compete à Administração Pública de forma discricionária decidir pela inexigibilidade ou dispensa da licitação.
- d) De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato poderá sujeitar o contratado, entre outras, à penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.
- e) O contrato administrativo poderá ser alterado unilateralmente pela Administração Pública, desde que com justificativas plausíveis, para adequá-lo ao interesse público.

19. Sobre os Direitos Humanos e Declaração Universal dos Direitos Humanos, marque a alternativa incorreta:

- a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada em 1945 pelas Nações Unidas pouco depois do fim da 2ª Guerra Mundial.
- b) O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

- c) Os Estados Membros juraram alcançar, em cooperação com as Nações Unidas, a promoção do respeito universal e observância dos direitos humanos e liberdades fundamentais.
- d) Os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos.
- e) Os direitos humanos regem o modo como os seres humanos individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles.

20. Sobre os Direitos Humanos e a Segurança Pública, marque a alternativa incorreta:

- a) Muitos defensores dos direitos humanos acusam os órgãos mantenedores da segurança pública de violar esses direitos a pretexto de garantir a ordem pública.
- b) Respeitar os direitos humanos, obstando abusos estatais de qualquer ordem, é fundamental. Trabalhar em prol da segurança pública, igualmente, é indispensável.
- c) No contexto atual espera-se, desmistificar a imagem de que o policial é um inimigo da sociedade por representar o Estado, que ele não tem sentimentos e que não carece de respeito e atenção tanto quanto qualquer outro cidadão que preze pela sua vida.
- d) O direito de cidadão do policial como de qualquer outro ser humano se destaca na associação errônea que se tem, ainda hoje, sobre policial e sociedade, como se o primeiro não fizesse parte da segunda e que por isso não seja dotado de Direitos Humanos.
- e) Ainda não se reconhece a importância dos Direitos Humanos para a polícia, assim como a polícia para os Direitos Humanos.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

21. Tomando como base a Constituição do Estado do Piauí, analise cuidadosamente as afirmações abaixo, e marque a alternativa CORRETA:

- a) Os Municípios poderão constituir Guardas Municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e policiamento ostensivo, conforme dispuser a lei.
- b) A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, as forças auxiliares e a reserva das Forças Armadas subordinam-se, juntamente com a Polícia Civil, ao Governador do Estado.
- c) Os Comandos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar podem ser exercidos, excepcionalmente, por oficial do Exército cujo nome tenha prévia aprovação de seu Ministério.
- d) A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar estão vinculados, administrativamente, ao sistema de segurança pública do Estado, devendo seguir as políticas e diretrizes baixadas pela autoridade competente, na execução das atribuições que lhes são próprias.
- e) A segurança pública, organizada sob a forma de sistema, será coordenada, supervisionada e controlada pela Secretaria de Estado correspondente, órgão encarregado da prestação dos serviços de polícia em geral, em todo território nacional.

22. Conforme a Constituição do Estado do Piauí marque a alternativa CORRETA.

- a) O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do Tribunal Superior de Justiça, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.
- b) O militar da ativa que aceitar cargo, emprego ou função temporária, não eletiva, ainda que da Administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a inatividade.

SELEÇÃO INTERNA PARA ACESSO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS PM/2021
EDITAL Nº 01/2021/DEIP/PMPI

- c) As patentes dos oficiais e das praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado são conferidas pelo Governador.
- d) O militar do Estado em atividade que aceitar cargo ou emprego público civil permanente será agregado e após 02 (dois) anos será transferido para a reserva, nos termos da lei.
- e) Ao militar do Estado são vedadas a greve, sendo permitido somente a sindicalização.

23. Conforme lei nº 3.729, de 27 de maio de 1980, (Conselho de Disciplina da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), marque a alternativa CORRETA:

- a) Dentre os casos de impedimento de ser membro do Conselho de Disciplina, temos os oficiais que tenha, entre si, com o acusador ou com o acusado, parentesco consanguíneo ou afim, até o terceiro grau;
- b) O conselho de disciplina disporá de um prazo de trinta (30) dias, a contar da data de sua nomeação, para conclusão dos trabalhos, inclusive remessas de relatórios. Podendo ser prorrogado por mais trinta (30) dias a requerimento do Presidente do Conselho de Disciplina ao Comandante Geral da Polícia Militar do Piauí.
- c) A decisão do Conselho de disciplina será tomada por unanimidade de votos de seus membros.
- d) Poderá o Comandante Geral da Polícia Militar do Piauí, por motivo de morte do acusado suspender, em qualquer fase, os trabalhos do conselho de disciplina, por terem cessado os motivos de sua nomeação
- e) Por motivo de força maior o Conselho de disciplina poderá funcionar com a maioria de seus membros, em local onde sou Presidente julgar melhor indicado, para apuração do fato.

24. Sobre a prescrição dos casos previstos na lei estadual 3.729, de 27 de maio de 1980, que dispõe sobre o Conselho de disciplina da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro do Estado do Piauí, é CORRETO afirmar:

- a) Prescrevem-se em seis (06) anos, contados da data em que os fatos se tornaram públicos por meio oficial de comunicação.
- b) Prescrevem-se em seis (06) anos, contados da data em que o fato foi registrado por escrito na Corregedoria da PMPI
- c) Prescrevem-se em cinco (05) anos, contados da data em que foram praticados.
- d) Prescrevem-se em cinco (05) anos, contados da data em que os fatos se tornaram públicos por meio oficial de comunicação.
- e) Prescrevem-se em seis (06) anos, contados da data em que foram praticados.

25. Quanto às punições disciplinares a que estão sujeitos os policiais militares, previstas no “Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Piauí (RDPM-PI)”, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ordem de gravidade das punições disciplinares são: advertência, repreensão, detenção, prisão em separado e prisão.
- b) Advertência – É a punição que, publicada em Boletim, não priva o punido da liberdade.
- c) O local de prisão dos Cabos e soldados é o compartimento fechado, denominado “Xadrez”
- d) Na punição de detenção, o detido só comparece aos atos de instrução e expediente, não podendo concorrer às escalas de serviço operacional.
- e) Por se tratarem de militares, os presos disciplinares poderão ficar juntos dos presos a disposição da justiça.

26. Conforme previsto no “Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Piauí (RDPM-PI)”, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A classificação, reclassificação, bem como a melhoria de comportamento, é da competência do Subcomandante Geral da PMPI.

- b) Ao ser incluída na Polícia Militar, a praça será classificada no mínimo, no comportamento “insuficiente”.
- c) O comportamento policial militar da praça deve ser classificado em: mau, insuficiente, bom, ótimo e extraordinário.
- d) A melhoria do comportamento da praça deve ser feita, mediante requerimento do interessado, sob pena de prescrição de tal direito, num prazo de 01 (um) ano.
- e) Para efeito de classificação, reclassificação e melhoria de comportamento pode se afirmar que duas repreensões equivalem a uma detenção, quatro repreensões equivalem a uma prisão e duas detenções equivalem a uma prisão.

27. A lei nº 3.808 de 16/07/1981, que trata do Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí, regula o comando e a subordinação, dos Policiais Militares do Estado do Piauí. Com base nesta norma, marque a alternativa ERRADA:

- a) O Comando é vinculado ao grau hierárquico e constitui uma prerrogativa impessoal, em cujo exercício o policial-militar se define e se caracteriza como chefe.
- b) A subordinação não afeta, de modo algum a dignidade pessoal do policial-militar e decorre, exclusivamente, da estrutura hierárquica da Polícia Militar
- c) O Oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício do Comando, da Chefia e da Direção das Organizações Policiais-Militares
- d) Os subtenentes e sargentos substituem as atividades dos Oficiais, quando estes estiverem impossibilitados, quer no adestramento da tropa e no emprego dos meios, quer na instrução e na administração, bem como no comando de frações de tropa, mesmo agindo isoladamente, nas atividades de policiamento ostensivo peculiares à Polícia Militar
- e) Os cabos e soldados são, essencialmente, os elementos de execução

28. O policial-militar que se julgar prejudicado ou ofendido por qualquer ato administrativo ou disciplinar de superior hierárquico, poderá recorrer ou interpor pedido de reconsideração, queixa ou representação. Segundo o Estatuto dos Policiais Militares do Piauí (Lei 3.808/81) marque a alternativa que corresponde à prescrição do direito de recorrer quando o ato decorra da composição de Quadro de Acesso e nos demais casos não especificados, respectivamente.

- a) 20 (vinte) e 150 (cento e cinquenta) dias corridos
- b) 15 (quinze) e 120 (cento e vinte dias) dias corridos
- c) 5 (cinco) e 80 (oitenta) dias corridos
- d) 30 (trinta) e 180 (cento e oitenta) dias corridos
- e) 10 (dez) e 60 (sessenta) dias corridos

29. A Licença é a autorização para o afastamento total do serviço, em caráter temporário, concedida ao policial-militar, obedecidas as disposições legais e regulamentares. marque a única alternativa que NÃO CONFIGURA LICENÇA nos termos do Estatuto dos Policiais Militares do Piauí (Lei 3.808/81)

- a) Especial;
- b) Para tratar de interesse particular;
- c) Para tratamento de saúde de pessoa da família;
- d) Licença prêmio
- e) Para tratamento de saúde própria.

30. As prerrogativas dos policiais-militares são constituídas pelas honras, dignidade e distinção devidas aos graus hierárquicos e cargos. São prerrogativas dos policiais-militares, conforme o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí (lei nº 3.808/81), EXCETO:

- a) Imunidade penal que garanta a liberdade de pensamento e de expressão sem a possibilidade de ser processado por isso.
- b) Uso de títulos, uniforme, distintivos, insígnias e emblemas policiais-militares da Polícia Militar, correspondentes ao posto ou à graduação;
- c) Honras, tratamento e sinais de respeito que lhe sejam asseguradas em leis ou regulamentos;
- d) Cumprimento de pena de prisão ou detenção somente em organização policial-militar, cujo Comandante, Chefe ou Diretor tenha precedência sobre o preso ou detido.
- e) Julgamento em foro especial, nos crimes militares.

CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

31. [...] a Segurança Pública é um estado antidelitual, que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pela lei das contravenções penais, com ações de polícia preventiva e repressivas imediatas típicas, afastando-se, assim, por meio de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo mal que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade das pessoas. (LAZZARINI apud PESSOA, 1987, P. 15)

Da leitura do excerto acima, podemos inferir a respeito do conceito de segurança pública e de ordem pública, EXCETO:

- a) Segurança Pública traduz-se como o conjunto de processos, políticos e jurídicos, destinados a garantir a ordem pública, na convivência de homens em sociedade.
- b) Conforme as lições de Paul Bernard, a Segurança Pública é um aspecto da ordem pública, ao lado da tranquilidade e da salubridade públicas.
- c) A Ordem Pública constitui uma situação de pacífica convivência social, isenta de ameaça de violência ou de sublevação que tenha produzido ou que supostamente possa produzir, a curto prazo, a prática de crimes
- d) O conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica é definido como Ordem Pública.
- e) A Ordem Pública se confunde com a ordem jurídica, pois é uma consequência desta e possui a sua existência formal derivada da Segurança Pública.

32. Com base na Constituição Estadual do Piauí, a respeito do sistema de segurança pública, analise as afirmações a seguir:

I. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública, da segurança dos estabelecimentos penais em geral, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

II. A segurança pública, organizada sob a forma de sistema, será coordenada, supervisionada e controlada pelas Secretarias de Estado correspondentes, órgãos encarregados da prestação dos serviços de polícia em geral e polícia penal especializada, no território do Estado do Piauí.

III. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com a Polícia Civil, ao Governador do Estado e ao Secretário Estadual de Segurança.

IV. A segurança pública é exercida nos Estados através dos seguintes órgãos: Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

V. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar estão vinculados, operacionalmente e administrativamente, ao sistema de segurança pública do Estado, devendo seguir as políticas e diretrizes baixadas pela autoridade competente, na execução das atribuições que lhes são próprias.

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) As afirmativas II e IV estão corretas.
- c) As afirmativas I, II e IV estão corretas.
- d) As afirmativas III, IV e V estão corretas.
- e) As afirmativas I e II estão corretas.

33. [...] Quem assegura a ordem pública e, em especial, a segurança pública é a polícia. A ideia de polícia é inseparável da ideia de Estado. (CRETELLA JÚNIOR, José. Conceituação do Poder de Polícia, "Revista do Advogado", Associação dos Advogados de São Paulo, nº 17, abril/1985, p. 53).

A partir da conceituação de polícia, poder de polícia e poder da polícia, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Polícia designa o conjunto de instituições, fundadas pelo Estado, para que, segundo as prescrições legais e regulamentares estabelecidas, exerçam vigilância para que se mantenham a ordem pública, a moralidade, a saúde pública e se assegure o bem-estar coletivo, garantindo-se a propriedade e outros direitos individuais.
- b) O poder de polícia é a faculdade que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades, e direitos individuais em benefício da coletividade, mas não em benefício do próprio Estado.
- c) Ao Estado é vedado terceirizar o poder de polícia, transferindo-o para uma empresa particular.
- d) Exercido por diversos órgãos da administração pública, dentro dos limites estabelecidos pela lei, o poder de polícia restringe os direitos individuais em detrimento da coletividade.
- e) O poder de polícia está intimamente ligado à supremacia do interesse público no caso concreto, ao passo que o poder da polícia se refere à atividade de segurança pública exercida pelas Corporações.

34. Dentre as políticas públicas na área de segurança pública, destaca-se a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), criada pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para análise e enfrentamento dos riscos à harmonia da convivência social, com destaque às situações de emergência e aos crimes interestaduais e transnacionais.

Assinale a alternativa que apresenta um dos meios de implementação do PNSPDS:

- a) Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (SINESP)
- b) Força Nacional de Segurança Pública (FNSP)
- c) Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN)
- d) Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social (CSPDS)
- e) Força Tarefa dos Estados

35. Os crimes, as contravenções e os atos infracionais são resultantes da coexistência de dois fatores: do desejo da pessoa cometer o delito e da crença de que existe a oportunidade. O objetivo principal do policiamento ostensivo é obstruir a concretização, pelo menos, de um desses fatores, ou seja, eliminando a oportunidade ou a confiança de que existe a ocasião favorável para delinquir e sem sofrer o alcance da lei. (VALLA, Wilson Ordiley. Doutrina de Emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar. 3ª edição revista e ampliada, Paraná, 2012.)

Sobre os princípios do policiamento ostensivo, marque a alternativa correspondente aos princípios constantes nos itens abaixo:

I - O Policial Militar tem, muitas vezes, tendência à especialização. O cometimento dessas tarefas específicas não sobrecarrega o PM do atendimento de outras ocorrências que presencie ou para as quais seja chamado ou determinado.

II - Todo e qualquer Policial Militar em atividade fim – na execução do Policiamento Ostensivo – é responsável pela segurança na área geográfica sob sua jurisdição. Portanto, compete-lhe a iniciativa de todas as providências legais e regulamentares, quem visem a garantia da Ordem Pública.

III - Como atividade imprescindível que é, o Policiamento Ostensivo será executado diuturnamente. A satisfação da necessidade de segurança da comunidade compreende um nível tal de exigência, que deve encontrar resposta na estrutura organizacional, na rotina de serviço e na mentalidade do Policial Militar.

IV – Durante a atividade de Policiamento Ostensivo, que é uma atividade essencialmente preventiva, há que se tomar providências táticas e técnicas, com o objetivo de evitar o fator surpresa, caracterizar um clima de segurança na comunidade e fazer face ao fenômeno da evolução da criminalidade com maior presteza.

V – Ao policial militar cabe tratar a todos os cidadãos sem observar suas próprias concepções pessoais, e no exercício da função deve ser impessoal e imparcial em suas ações, tratando a todos com igualdade.

a) I – antecipação; II – universalidade; III – continuidade; IV – isenção; V – responsabilidade territorial.

b) I – responsabilidade territorial; II – isenção; III – universalidade; IV – antecipação; V – continuidade.

c) I – continuidade; II – responsabilidade territorial; III antecipação; IV – isenção; V – universalidade.

d) I – universalidade; II – responsabilidade territorial; III – continuidade; IV – antecipação; V – isenção.

e) I – isenção; II – antecipação; III – universalidade; IV – responsabilidade territorial; V – legalidade.

36. A doutrina estabelece os requisitos básicos para a realização do policiamento ostensivo, assinale a única alternativa INCORRETA:

a) Como condição essencial para eficiência operacional, o desempenho da atividade de policiamento ostensivo impõe o completo conhecimento da missão, que tem origem no prévio preparo técnico-profissional e se completa com o interesse do policial.

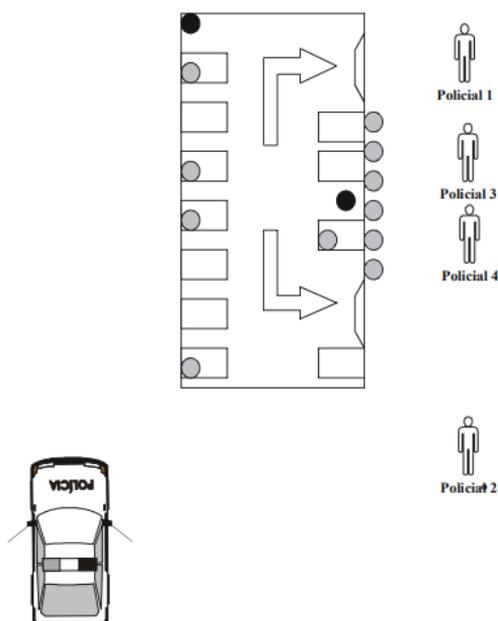
b) Para assegurar a familiarização com o terreno, fator indispensável ao melhor desempenho operacional, é necessário o conhecimento em parte do espaço geográfico da comunidade em que atua o policial militar.

c) O estabelecimento de contatos com os integrantes da comunidade, a fim de proporcionar a familiarização com seus hábitos, costumes e rotinas, de forma a criar uma empatia entre o Policial Militar e a comunidade, para que possam juntos trabalhar por uma melhor segurança é essencial para o relacionamento polícia-comunidade.

d) A atitude, compondo a apresentação pessoal, bem como a correção de maneiras no trato com as pessoas, influem decisivamente no grau de confiabilidade do público em relação à corporação e mantém elevado o nível de autoridade do policial militar, facilitando o desempenho operacional.

e) O caráter impessoal e imparcial da ação policial militar revela a natureza eminentemente profissional da atuação, em qualquer ocorrência, e requer que seja revestida de urbanidade, energia serena, brevidade compatível e, sobretudo, tolerância e bom senso.

37. Observe as figuras abaixo



As figuras mostram abordagem a transporte coletivo, tipo ônibus. Analise as afirmativas a seguir e marque a CORRETA:

- Após a entrada no coletivo, o Comandante da abordagem esclarece aos passageiros o que ali se realizará e determina que todos os homens permaneçam no coletivo e se posicionem lado a lado na lateral direita do ônibus com a frente voltada para este e na posição para ser realizada a busca pessoal.
- O policial militar que entra pela dianteira tem como objetivo principal inibir de imediato qualquer reação de elementos criminosos que possam estar localizados naquela área considerada de maior risco; caso haja poucas pessoas no ônibus a abordagem deverá ser realizada dentro do próprio ônibus.
- o Comandante da ação determina que todos coloquem as mãos sobre o encosto da cadeira da frente a fim de evitar qualquer reação por parte de algum criminoso, passando logo após a dupla de policiais que o acompanha, para a retaguarda do ônibus, de forma que a busca pessoal se realize da traseira para a dianteira.
- O Comandante da operação permanece durante toda a abordagem na traseira do ônibus observando e dando cobertura aos demais policiais.
- Os policiais militares que irão realizar a revista determinarão que o passageiro a ser revistado deverá se posicionar em pé na entrada do ônibus.

38. O controle externo da atividade policial é exercido por representante do Ministério Público, no âmbito de suas atribuições funcionais. Acerca dessas atribuições do MP, assinale a alternativa INCORRETA:

- Requisita à autoridade competente para instauração de inquérito policial sobre a omissão ou fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial.
- Tem acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim policial.
- Tem ingresso limitado em estabelecimentos policiais ou prisionais.
- Fiscaliza a destinação de armas, valores, substâncias entorpecentes, veículos e objetos apreendidos.
- Expede recomendações, visando à melhoria dos serviços policiais, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa seja de responsabilidade do Ministério Público, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis.

39. De acordo com Robert Peel, autor inglês reconhecido pela doutrina como precursor na estruturação da polícia moderna em 1829, “a polícia é o povo e o povo é a polícia”. Tal definição leva à compreensão de que uma pessoa que faz parte de uma instituição policial é, antes de tudo, um integrante do povo.

Sobre a conceituação de Polícia Comunitária, leia atentamente as assertivas abaixo e a seguir marque a alternativa CORRETA:

I. No processo de implantação da polícia comunitária, a comunidade é encorajada a participar ativamente da resolução de seus problemas.

II. A estratégia comunitária vê o controle e a prevenção do crime como resultado da parceria com outras atividades, sendo os recursos do policiamento, articulados com os novos recursos comunitários, os instrumentos essenciais para a prevenção do crime.

III. Polícia Comunitária não é uma atividade especializada, particularizada, para servir somente a algumas comunidades sem obedecer aos critérios técnicos previamente definidos.

IV. O conceito de Polícia Comunitária inclui mais que o exercício de novas funções, mas uma moderna visão da gestão da segurança pública, segundo a qual a cultura organizacional é transformada.

V. A ideia central de Polícia Comunitária reside na possibilidade de propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atuam, de modo a dar característica humana ao profissional de polícia e não apenas um número de telefone ou uma instalação física referencial, por meio de um amplo trabalho sistemático, planejado e detalhado.

a) apenas a assertiva III é incorreta.

b) as assertivas I, III e V estão corretas

c) todas as assertivas são corretas

d) apenas a assertiva II e III estão incorretas.

e) apenas as assertivas IV e V estão corretas

40. A respeito das características da Polícia Comunitária, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A permanência dos policiais, o maior tempo possível, trabalhando no mesmo posto ou setor atrapalha a sua atuação interativa contínua, bem como o estreitamento dos laços com a comunidade local de forma a sedimentar relações de confiança e parceria.

b) Dada a proximidade e a participação da comunidade, a supervisão acontece de forma natural, sem constrangimentos, pois, o próprio policial se sente constrangido em agir de maneira errada ou se omitir perante as demandas vindouras.

c) Os Conselhos Comunitários não devem ter, na sua Diretoria e em seus Conselhos, membros que exerçam cargos públicos eletivos ou liderança político partidária, como uma das formas de evidenciar na comunidade o seu caráter não partidário, que deve revestir todos os seus atos, para que sua atuação não se confunda com interesses políticos eleitorais.

d) Cabe ao policial militar comunitário desdobrar-se para garantir que as soluções dos problemas aconteçam conforme o planejado, para tanto, deve acerrar-se de cuidados a evitar a dispersão que leve a resultados adversos.

e) O policial militar deve estar sempre um passo à frente das situações concretas que possam desencadear situações de violência e de crime, sendo a prevenção primária a parte fundamental do policiamento comunitário.